

Anexos

Anexo 2: [Anexo da Portaria SEDP N. 63, de 30 de dezembro de 2025.](#)

PORTARIA GP N. 11, 2 de janeiro de 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso I, e no art. 9º, inciso II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso XX, do Regimento Interno deste Tribunal; e
CONSIDERANDO o constante nos Processos TRT/Proad/xxxx/2025, xxxx

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores listados para os respectivos cargos em comissão, a partir de 1º/1/2026:

- I. Antônio Costa da Silva, para o cargo em comissão de Secretário-Geral da Presidência, nível CJ-4, em vaga decorrente da exoneração da servidora Ludmila Pinto da Silva Frazão;
- II. Luciana Corrêa Cruz Hahne, para o cargo em comissão de Diretora de Administração, nível CJ-3, em vaga decorrente da exoneração do servidor Antônio Costa da Silva;
- III. Graziela Loures Mendes, para o cargo em comissão de Assessora-Chefe, nível CJ-3 vinculado ao Gabinete da Presidência, em vaga decorrente da exoneração do servidor Oldrado Manoel da Silva.

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

Desembargador Presidente

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

PORTARIA DG N. 3, 2 de janeiro de 2026

Trata da subdelegação de competências da Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região à Diretora de Orçamento e Finanças.

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os arts. 11 a 15 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o art. 146, incisos II e VII, alínea c, do Regulamento Geral de Secretaria deste Tribunal, que atribui à Diretora-Geral o planejamento e a coordenação das unidades subordinadas à Diretoria-geral, bem como competência para a prática de atos relativos à gestão orçamentária, financeira e contábil; e

CONSIDERANDO o art. 3º da Portaria GP n. 3, de 2 de janeiro de 2026, que autoriza a Diretora-Geral a subdelegar competência para a prática dos atos administrativos nela discriminados,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria trata da subdelegação de competências da Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região à Diretora de Orçamento e Finanças.

Art. 2º Fica subdelegada à Diretora de Orçamento e Finanças deste Tribunal competência para:

I - praticar os atos indispensáveis ao procedimento financeiro dos expedientes licitatórios autorizados e/ou ratificados pela autoridade competente, determinar o empenho das despesas autorizadas/ratificadas, e a anulação ou o reforço das Notas de Empenho;

II - autorizar a abertura dos processos de pagamento de despesas referentes a fornecimento de serviços prestados por Órgãos Públicos e a tributos de responsabilidade do Tribunal, e às referentes aos contratos em vigor;

III - adotar as providências necessárias ao pagamento de diárias de magistrados e servidores e à restituição de seus valores;

IV - adotar as providências necessárias à restituição de valores recolhidos indevidamente por advogados a título de custas processuais; e

V - praticar os atos indispensáveis à apuração de valor de multas e reter o respectivo valor.

Art. 3º A Diretora de Orçamento e Finanças poderá subdelegar competência para a prática dos atos administrativos previstos nos incisos I a V do

art. 2º desta Portaria.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DG n. 3, de 2 de janeiro de 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

PATRÍCIA HELENA DOS REIS

Diretora-Geral

PORTARIA GP N. 13, 2 de janeiro de 2026

Designa servidores para o exercício das atribuições de ordenador de despesas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os arts. 80 e 81 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que tratam das atribuições, deveres e responsabilidades do ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o art. 16, inciso II, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO o art. 37 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e o art. 22 do Decreto n. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõem sobre despesas de exercícios anteriores; e

CONSIDERANDO o art. 23, inciso XVIII, do Regimento Interno deste Tribunal, que estabelece a competência do Presidente para designar os ordenadores de despesas,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa servidores para o exercício das atribuições de ordenador de despesas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Art. 2º Para o exercício das atribuições de ordenadora de despesas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, designa-se Graciele Tibo Barbosa Lima, Analista Judiciário, Área Judiciária, matrícula 99830; nos casos de ausência, de impedimento ou de suspeição da primeira, designa-se Elaine Gonçalves Pinheiro, Analista Judiciário, Área Judiciária, matrícula 111929 e, nos casos de ausência, de impedimento ou de suspeição da primeira e da segunda, designa-se Jessiane Carla Siqueira Moreira, Técnico Judiciário, Área Administrativa, matrícula 107050.

Art. 3º Compete ao ordenador de despesas proceder à execução orçamentária e financeira deste Tribunal no que diz respeito à prática dos seguintes atos:

I - autorizar e assinar nota de empenho, reforço e anulação;

II - liberar, juntamente com o gestor financeiro, ordem de pagamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);

III - autorizar pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos;

IV - reconhecer dívidas (despesas de exercícios anteriores);

V - emitir a declaração de que trata o inciso II do art. 16 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000;

VI - autorizar a concessão de suprimento de fundos e aprovar a prestação de contas, nos termos do art. 68 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 45 do Decreto n. 93.872, de 23 de dezembro de 1986; e